



POSICIONAMENTO


Greve dos caminhoneiros: governo pode e deve agir sem configurar ingerência na Petrobras

A troca da Cide pela votação da reoneração da folha de pagamentos não é, decididamente, uma saída para solucionar a greve dos caminhoneiros. O governo Temer, apesar das limitações impostas pelo processo eleitoral, deve repensar o atual modelo de reajuste do diesel, principal reivindicação dos caminhoneiros. Há que se ter um tratamento diferenciado desse combustível em relação à gasolina uma vez que esse preço impacta uma fatia enorme da atividade econômica nacional, seja no aumento do custo das empresas, seja no bolso do consumidor.

A ABAD representa um setor que movimenta nacionalmente uma frota de 100 mil caminhões e abastece todos os dias mais de 5.570 municípios no país. O efeito do preço do diesel nos custos das empresas do setor é gigantesco e já tem pressionado o preço dos produtos nas gôndolas. Sob esse aspecto, a mobilização dos caminhoneiros é legítima.

Contudo, entendemos também que o recurso da greve, nos moldes em que ocorre desde a última segunda-feira (21), trouxe e tem potencial para trazer ainda mais prejuízos para o conjunto da sociedade, uma vez que provoca desabastecimento de itens essenciais e causa prejuízos irrecuperáveis a praticamente todo o comércio. Essa situação não pode perdurar.

Portanto, cabe ao governo encontrar uma saída verdadeira para esse impasse, que contemple não só a questão do preço como a frequência dos reajustes realizados, sem que isso represente ingerência ou um retrocesso no processo de recuperação da Petrobras. É necessário transparência nesse processo para que fiquem claros os critérios adotados para o aumento de preços e para que as empresas tenham um mínimo de previsibilidade na composição de seus custos. Sem isso, o maior prejudicado é o consumidor.


Emerson Luiz Destro
Presidente da ABAD